

Quanto vale um acordo firmado com esta reitoria?

Presidente do CADE confirma intenção de “rediscutir” no CO a referência acordada na greve de 2013

Os representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” levantaram uma série de cobranças na reunião realizada pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) no dia 20/8/2014. A principal e mais polêmica delas foi: “A reitoria vai cumprir o acordo firmado com o Sintunesp ao final da greve de 2013, quando se comprometeu a conceder uma referência (5%) para todos em agosto/2014, como parte do processo de isonomia com a USP?”

A resposta dos assessores e do presidente do CADE, professor Carlos Antonio Gamero, foi clara: Os 5% não constam na folha de agosto e, “provavelmente, serão rediscutidos” na próxima reunião do CO, marcada para o dia 28/8. Um dos membros do CADE, um docente alinhado com a reitoria, chegou a afirmar que “estar no orçamento não significa que este será executado”. Ele explicou que execução orçamentária é diferente de proposta orçamentária e que o Sintunesp e os representantes dos servidores “estão criando expectativas exageradas nos servidores técnico-administrativos”.

Em outras palavras: a reitoria da Unesp pensa em dar mais uma demonstração de que a palavra dos gestores da Universidade não vale **NADA!** Que os compromissos e acordos não precisam ser cumpridos! Estes senhores não são sérios! Não merecem o respeito da comunidade! Esta, por sua vez, deve tomar para si a tarefa de defender que a nossa Universidade receba os recursos que precisa, que seja pública, gratuita e socialmente referenciada nos interesses da maioria da população. Não vamos aceitar mais este ataque! (*veja propostas de luta no final deste boletim*)

Outros pontos tratados no CADE

Além do questionamento sobre o pagamento da referência, outros itens foram questionados pelos representantes dos servidores nesta reunião do CADE:

Efetividade das assessorias

Os representantes solicitaram que fosse reavaliada a efetividade de parte das assessorias, questionando se elas não representam um inchaço desnecessário na estrutura administrativa. Como exemplo, foi citada a APE, que tem atribuições semelhantes às da APLO. Em resposta, o presidente da sessão disse, genericamente, que concorda com a reavaliação da estrutura, pois há realmente discrepâncias de funções em que há “chefes deles mesmos”.

Terceirizações

Os conselheiros do “Chapão” propuseram inserir, na pauta da próxima reunião do CADE, a necessidade de um estudo/levantamento sobre as terceirizações e contratações via fundações na Universidade. O professor Gamero pediu que a proposta fosse encaminhada com justificativa, por escrito, para que seja pautada na próxima reunião do órgão.

Reuniões por videoconferência

Questionado sobre a necessidade de que a próxima reunião do CADE, em outubro, seja presencial, e não por videoconferência, considerando a importância do tema que provavelmente será tratado (peça orçamentária), o professor Gamero e os assessores do órgão disseram que deve prevalecer o “bom senso”. Segundo eles, assuntos que necessitam de maior discussão não serão, *a priori*, tratados por videoconferência.

Periculosidade e insalubridade

Os representantes dos servidores solicitaram esclarecimentos sobre como andam os estudos para a aplicação do adicional de periculosidade e do adicional de insalubridade aos servidores que fazem jus a eles. Como todos devem estar lembrados, em 2012, com a publicação da lei 12.740, algumas funções, também exercidas na Unesp, passaram a ter o direito do recebimento do adicional de periculosidade, como, por exemplo, a função dos Agentes de Recepção e Vigilância, ou dos que trabalham exercendo atividades expostas à inflamáveis, explosivos e energia elétrica. Em 2014 os Agentes de Recepção e Vigilância contratados segundo o regime CLT passaram a receber esse adicional. Porém, os contratados sob o regime autárquico ainda não o recebem. O Sintunesp entregou estudos jurídicos à reitoria, sobre a viabilidade e a necessidade de tratamento isonômico entre os servidores, mas não teve retorno favorável até o momento.

Os representantes da reitoria no CADE afirmaram que a assessoria jurídica da Universidade entende que não há fundamento legal para a extensão aos autárquicos, e que “o pagamento poderia gerar uma ação judicial contra a Universidade”. Também alegaram que há benefícios que os regidos pela CLT recebem, como o Fundo de Garantia, aos quais os autárquicos não fazem jus. Diante desta alegação, os representantes dos servidores lembraram que há várias medidas restritas aos celetistas, como é o caso do estágio probatório, e que a Unesp aplica também aos estatutários. A justificativa: quando não há impacto financeiro, isso pode ser feito!

Os assessores do CADE também informaram que os estudos da aplicação do adicional de periculosidade aos servidores que atuam expostos à radiação ionizante e a riscos elétricos estão sendo concluídos.

Fuga do debate

Os representantes dos servidores questionaram o professor Gamero sobre a ausência dos reitores na reunião marcada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa, no dia 13/8. Apenas o Fórum das Seis compareceu e apresentou suas propostas para a ampliação de recursos às universidades (consulte o *Boletim do Fórum*, de 22/8, para mais detalhes). Será que a resolução da “crise financeira” é de interesse somente do Fórum das Seis? Será que não havia ninguém para substituir a reitora em exercício da Unesp, que à ocasião estava em férias? O professor Gamero “esclareceu” que o Cruesp se reunirá com a mesma comissão futuramente e que está agendando uma data para isso. Também disse que, na ausência da reitora em exercício é ele quem assume a Reitoria da Unesp, porém, foi “acordado” no Cruesp que ninguém participaria dessa reunião!

Comissões

Após discussão, foi deliberado que a proposta de criação de uma Comissão de Estudos sobre a Auto Sustentação das Unidades Auxiliares e Complementares fosse retirada, uma vez que já há uma comissão permanente com este mesmo objetivo e que está em fase final de conclusão de trabalhos.

Foram indicados 10 membros do CADE para compor o Grupo de Trabalho sobre Gestão Administrativa (pessoas e processos). Os quatro técnico-administrativos indicados foram? Maria Cristina Saraiva Pilastrri (FC/Bauri), Cláudio Roberto Ferreira Martins (Sorocaba), Tiago José Borguezon (IGCE/Rio Claro) e Ademir Machado dos Santos (FE/Guará).

28/8, dia do CO, vamos “fechar a Unesp para balanço”.
3/9, dia da reunião com o Cruesp, vamos fazer um grade ato em SP

Reunido no dia 21/8, o Fórum das Seis aprovou o indicativo de realização de um grande ato estadual unificado no dia 3/9, quando acontece reunião com o Cruesp. Os detalhes desta e outras atividades unificadas estão no *Boletim do Fórum das Seis*, distribuído junto com este *Boletim Sintunesp*.

E, em 28/8, dia de reunião do CO da Unesp, quando existe a possibilidade de retrocesso na aplicação da referência de 5% aos servidores, a proposta é juntarmos forças com os docentes e “fechar a Universidade para balanço”. Este mote foi aprovado pela plenária da Adunesp, realizada em 20/8. Neste dia, os *campi* devem realizar as iniciativas que considerem adequadas à sua realidade: trançaços ou atividades de mobilização nos portões, atos na cidade, debates e outros.

Este também é o indicativo sugerido pela Comissão Estadual de Mobilização dos Servidores, reunida virtualmente no dia 21/8.

Não passou!

**Curso de Engenharia da Computação à distância
foi barrado no CEPE**

A reunião extraordinária do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), no dia 19/8, por videoconferência, tinha como pauta a aprovação do “projeto político pedagógico do curso de Engenharia de Computação na modalidade semipresencial” para a Unesp. O item havia sido retirado de pauta da sessão ordinária de 12/8.

No decorrer da reunião, vários membros argumentaram sobre a inadequação de um curso à distância em formação inicial, as incertezas sobre a qualidade de um curso à distância, o mérito da provável inclusão social, a infraestrutura necessária, a condição trabalhista dos docentes tutores, dos técnicos e serviços de apoio, a condição de estudo dos alunos, o material didático, o funcionamento das unidades durante o final de semana etc. A maioria das falas enfatizou o disparate de a reitoria propor um curso novo, à distância, em meio ao seu próprio discurso de crise e falta de recursos.

Ao final dos debates, a proposta foi rejeitada por 16 votos (aí inserido o voto da representante dos funcionários, Márcia Querido Moreira, de Guará) contra 4, numa histórica demonstração da força que tem a organização das categorias.

**Conforme indicativo do Fórum das Seis,
A GREVE CONTINUA!**